RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2020

Perfil Corporativo

A Lightger S.A. (“Lightger” ou “Companhia”) é a empresa voltada para a geração e transmissão de energia elétrica, bem como para a comercialização da produção própria. Toda sua energia é considerada ‘’limpa’’ por ser gerada exclusivamente por fonte hidráulica. Possui capital fechado e tem como acionistas as empresas (i) Light S/A (51%); (ii) CEMIG Geração e Transmissão S/A (49%). A Lightger foi criada para implementar, operar, manter e fazer a exploração comercial da PCH Paracambi.

A PCH Paracambi foi inaugurada em maio de 2012 e possui duas unidades geradoras de 12,85 MW cada, perfazendo uma potência instalada de 25,7 MW. A garantia física foi definida pelo Ministério de Minas e Energia em 19,53 MW médios.

O ano de 2020 foi desafiador para a maioria das empresas, em especial para o setor de geração de energia, em que a Companhia atua. A pandemia da COVID-19, observada há pouco mais de um ano, trouxe um cenário novo, desconhecido e incerto para todos.

A despeito das adversidades, a Companhia vem cumprindo seu papel como prestadora de serviços públicos, seguindo todas as medidas protetivas e apoiando o poder concedente e regulador para garantir aos clientes a continuidade do recebimento de energia com qualidade e o prosseguimento do plano de melhoria operacional.

É importante olhar para frente em 2021 e avançar ainda mais em todas as iniciativas ligadas à geração de resultados e preparar a Companhia para o futuro e alavancar resultados.

Ainda em 2021, será dada continuidade à valorização da agenda com o regulador, com os poderes públicos federal, estadual e municipais, de maneira técnica e equilibrada, com o objetivo de assegurar o interesse dos clientes e da empresa

As perspectivas para o exercício de 2021 e futuros são de otimização da fase operacional, com busca de redução de custos operacionais e maximização da disponibilidade dos ativos, além de mitigar as formas de risco hidrológico, protegendo possível exposição de energia.

Desempenho Operacional

Compra e Venda de Energia (MWm)	2020	2019	Variação 2020/2019
Venda Ambiente de Contratação Livre (ACL)	234	234	0,0%
Compra Ambiente de Contratação Livre (ACL)	11	26	-59,6%

Em 2020, o volume de venda no ACL foi de 234 MWh, o mesmo se comparado a 2019 e a compra no ACL foi de 11 MWh abaixo em virtude do feito conjunto de aumento do PLD e redução do GSF, resultado da maior demanda de energia do país e da deterioração das condições dos reservatórios das hidrelétricas, levando à maior necessidade de geração termelétrica.

A Lightger está amparada por uma decisão que a desobriga de realizar os pagamentos relativos a eventuais exposições nas liquidações mensais da CCEE. Com este mecanismo, evita o pagamento da energia no mercado spot, protegendo seu fluxo de caixa. No entanto, a totalidade do custo e da receita é regularmente provisionada no resultado. O saldo do passivo em aberto em 31 de dezembro de 2020, referente ao período de maio/15 a dezembro/20, é de aproximadamente R$ 61 milhões na rubrica "compra de energia - CCEE". Em contrapartida, a Companhia possui um saldo a receber de R$ 19 milhões, resultando em um passivo líquido, em 31 de dezembro de 2020, de R$ 42 milhões.

Em 08 de setembro de 2020, foi sancionada pelo Presidente da República a Lei 14.052/20 que estabeleceu novas condições para a repactuação do risco hidrológico (GSF) para os agentes do mercado livre, contemplando a retroação dos efeitos do deslocamento hidráulico motivado pela geração fora da ordem de mérito (GFOM), importação de energia sem garantia física, atraso na entrada de linhas de transmissão e antecipação da garantia física de hidrelétricas estruturantes.

Em 01 de dezembro de 2020, a ANEEL regulamentou, por meio da Resolução Normativa 895/20, a metodologia para o cálculo da compensação aos titulares de usinas hidrelétricas participantes do Mecanismos de Realocação de Energia (MRE), determinando que a CCEE efetue o cálculo do montante financeiro da compensação em até 90 dias da data da resolução. Os montantes financeiros nos períodos em que a usina hidrelétrica esteve protegida por decisão judicial serão atualizados pelo IPCA e, no período em que houve desembolso, caberá ainda o ajuste pela taxa de capitalização (Ke) de 9,63% a.a., até o último mês contabilizado pela CCEE de acordo com as regras de comercialização. Nesse mesmo prazo de 90 dias, caberá à CCEE calcular para cada usina participante do MRE os prazos de extensão de outorga nos termos estabelecidos pela Lei 14.052/20.

Em 02 de março de 2021, a CCEE divulgou os valores apurados segundo a regulamentação aprovada no mês de dezembro de 2020, cabendo à ANEEL homologar os valores definitivos em até 30 dias. Considerando os últimos valores divulgados pela CCEE, o ativo intangível da Lightger é de R$ 15.546 mil.

Comentário financeiro

Desempenho financeiro

Informações Financeiras Selecionadas (R$ M)	2020	2019	Variação 2020/2019
Receita Operacional Líquida	**52.401**	**50.430**	3,9%
Despesa Operacional	(10.055)	(29.204)	-65,6%
(+) Depreciação e amortização	10.631	10.631	0,0%
EBITDA	**52.977**	**31.857**	66,3%
Resultado Financeiro	(14.172)	(3.436)	312,4%
Resultado antes dos Impostos	28.174	17.790	58,4%
IR/CSLL	(2.430)	(2.942)	-17,4%
Lucro Líquido	**25.744**	**14.848**	73,4%
Margem EBITDA	**101%**	**63%**	37,9%

Em 2020, a Lightger teve o seguinte desempenho econômico: (i) receita líquida de R$52.401 milhões, 3,9% acima da realizada em 2019; (ii) custo operacional de R$10.055 milhões, 65,6% menor do que o registrado no ano anterior; (iii) EBITDA de R$52.977 milhões, 66,3% acima do apurado em 2019 e (iv) lucro líquido de R$25.744 milhões ante R$14.848 milhões reportado em 2019. Essa melhora no lucro se deve, principalmente, pelo reconhecimento de R$15 milhões como ativo intangível do GSF em função de regulamentação da ANEEL.

Endividamento

A dívida líquida totalizou um valor negativo de -R$17 milhões em 2020, redução de R$19 milhões se comparado a 2019. Este declínio pode ser explicado o acúmulo de caixa para fazer frente a futuro desembolso em virtude da repactuação do Risco Hidrológico (GSF), cujo passivo líquido em 31 de dezembro de 2020 totalizava R$ 42 milhões.

Investimentos

Em 2020, a Lightger diminuiu seu volume de investimentos em 53% quando em relação a 2019, totalizando R$228 mil no total. Esse valor reflete o impacto causado pela pandemia de Covid-19, postergando para 2021 projetos como o da aquisição de um transformador elevador reserva.

Responsabilidade com o Meio Ambiente

A Companhia é comprometida com a utilização racional e adequada dos recursos naturais, com a análise das vulnerabilidades frente à mudança do clima e com a mitigação de impactos, conforme expresso em sua Política Ambiental e nos Compromissos com o Meio Ambiente e o Clima.

A Lightger atende à legislação ambiental e aos compromissos ambientais assumidos. Possui Programas Ambientais que foram implantados ao longo do período de implantação do empreendimento que seguem em andamento durante a operação da usina, como ações de reflorestamento, preservação da biodiversidade e garantia da qualidade da água.

Outras Informações

Auditores independentes

Informamos que atualmente, a Ernst & Young Auditores Independentes (“EY”) é a responsável pelos serviços de auditoria externa da Lightger. O relatório da administração pode incluir informações relacionadas a investimentos projetados e dados não-financeiros os quais não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e não foram examinados pelos auditores independentes.

BALANÇO SOCIAL [a]
LIGHTGER

1 - Base de Cálculo	2020 Valor (mil reais)			2019 Valor (mil reais)		
Receita líquida (RL)	52.401			50.340		
Resultado operacional (RO)	42.346			21.226		
Folha de pagamento bruta (FPB)	472			418		
2 - Indicadores Sociais Internos	Valor (mil R$)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (mil R$)	% sobre FPB	% sobre RL
Alimentação	46	10%	0%	45	11%	0%
Encargos sociais compulsórios	172	36%	0%	161	39%	0%
Previdência privada	0	0%	0%	0	0%	0%
Saúde	57	12%	0%	56	13%	0%
Transporte	14	3%	0%	18	4%	0%
Segurança e saúde no trabalho	7	1%	0%	11	3%	0%
Educação	0	0%	0%	0	0%	0%
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%
Capacitação e desenvolvimento profissional	0	0%	0%	5	1%	0%
Creches ou auxílio-creche	0	0%	0%	0	0%	0%
Participação nos lucros ou resultados	34	7%	0%	30	7%	0%
Outros	2	0%	0%	2	0%	0%
Total - Indicadores sociais internos	332	70%	1%	328	78%	1%
3 - Indicadores Sociais Externos	Valor (mil R$)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (mil R$)	% sobre RO	% sobre RL
Educação	0	0%	0%	0	0%	0%
Cultura	0	0%	0%	0	0%	0%
Saúde e saneamento	0	0%	0%	0	0%	0%
Esporte	0	0%	0%	0	0%	0%
Combate à fome e segurança alimentar	0	0%	0%	0	0%	0%
Outros	0	0%	0%	0	0%	0%
Total das contribuições para a sociedade	0	0%	0%	0	0%	0%
Tributos (excluídos encargos sociais)	0	0%	0%	0	0%	0%
Total - Indicadores sociais externos	0	0%	0%	0	0%	0%
4 - Indicadores Ambientais	Valor (mil R$)			Valor (mil R$)		
Investimentos relacionados com a produção/ operação da empresa	468			1.007		
Investimentos em programas e/ou projetos externos	64			0		
Total dos investimentos em meio ambiente	532			1007		
Quanto ao estabelecimento de "metas anuais" para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/ operação e aumentar a eficácia na utilização de recursos naturais, a empresa	(X) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%			(X) não possui metas ( ) cumpre de 51 a 75% ( ) cumpre de 0 a 50% ( ) cumpre de 76 a 100%		
5 - Indicadores do Corpo Funcional						
Nº de empregados(as) ao final do período	5			5		
Nº de admissões durante o período	0			0		
Nº de empregados(as) terceirizados(as)	15			15		
Nº de estagiários(as)	0			0		
Nº de empregados(as) acima de 45 anos	0			0		
Nº de mulheres que trabalham na empresa	1			1		
% de cargos de chefia ocupados por mulheres	0			0		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	1			1		
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	0			0		
Nº de pessoas com deficiência ou necessidades especiais	0			0		
6 - Informações relevantes quanto ao exercício da cidadania empresarial	2020			Metas 2021		
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	8			ND		
Número total de acidentes de trabalho	1			0		
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)	( ) direção	(X) direção e gerências	( ) todos(as) empregados(as)
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	( ) direção e gerências	(X) todos(as)	( ) todos(as) + Cipa	( ) direção e gerências	(X) todos(as)	( ) todos(as) + Cipa
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), a empresa:	( ) não se envolve	(X) segue as normas	( ) incentiva e segue a OIT	( ) não se envolve	(X) segue as normas	( ) incentiva e segue a OIT
A participação dos lucros ou resultados contempla:	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)	( ) direção	( ) direção e gerências	(X) todos(as) empregados(as)
Na seleção dos fornecedores, os mesmos padrões éticos e de responsabilidade social e ambiental adotados pela empresa:	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos	( ) não são considerados	( ) são sugeridos	(X) são exigidos
Quanto à participação de empregados(as) em programas de trabalho voluntário, a empresa:	(X) não se envolve	( ) apoiará	( ) organiza e incentiva	(X) não se envolve	( ) apoiará	( ) organiza e incentiva
Número total de reclamações e críticas de consumidores(as):	na empresa 0%	no Procon 0%	na Justiça 0%	na empresa 0%	no Procon 0%	na Justiça 0%
% de reclamações e críticas atendidas ou solucionadas:	na empresa 0%	no Procon 0%	na Justiça 0%	na empresa 0%	no Procon 0%	na Justiça 0%
7 - Outras Informações						
Não há.						

[a] Não examinado pelos auditores independentes

Cibele Soares Dias dos Anjos
Diretora Técnica Comercial
Lightger S/A

João Carlos Mello Ribeiro do Carmo
Diretor Administrativo Financeiro
Lightger S/A

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras 1
BALANÇOS PATRIMONIAIS 4
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS 5
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES 6
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO 7
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA 8
1. CONTEXTO OPERACIONAL 9
2. BASE DE PREPARAÇÃO 11
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS 12
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA 19
5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS 20
6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS 21
7. IMOBILIZADO 21
8. INTANGÍVEL 23
9. FORNECEDORES 25
10. FINANCIAMENTOS 25
11. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR 27
12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A PAGAR 27
13. CONTINGÊNCIAS 28
14. ATIVO DE DIREITO DE USO E OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO 30
15. TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS 31
16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO 32
17. DIVIDENDOS A PAGAR 33
18. RECEITA LÍQUIDA 34
19. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS 35
20. RESULTADO FINANCEIRO 35
21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS 36
22. SEGUROS 39
23. CONTRATOS DE LONGO PRAZO 40
24. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA 40

Building a better working world

Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
6º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Lightger S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Lightger S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Gláucio Dutra da Silva
Contador CRC-1RJ090174/O-4

BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

Ativo	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa	4	525	44
Títulos e valores mobiliários	5	79.648	69.375
Concessionárias e permissionárias	6	23.261	17.043
Adiantamentos a Fornecedores		64	-
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		103.498	86.462
Títulos e valores mobiliários	5	4.156	4.074
Depósitos vinculados a litígios		7	7
Ativos de direito de uso	14	30	62
Imobilizado	7	109.950	120.378
Intangível	8	15.576	40
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		129.719	124.561
TOTAL DO ATIVO		233.217	211.023

Passivo	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores	9	62.487	43.726
Financiamentos	10	8.579	8.619
Tributos e contribuições a pagar	11	259	201
Imposto de renda e contribuição social a pagar	12	649	443
Dividendos a pagar	17	6.114	3.527
Obrigações trabalhistas		92	88
Obrigações por arrendamento	14	10	19
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		78.190	56.623
Financiamentos	10	54.613	63.015
Obrigações por arrendamento	14	23	43
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		54.636	63.058
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	16	79.232	79.232
Reserva de lucros	17	2.817	1.530
Dividendos adicionais propostos	17	18.343	10.580
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		100.392	91.342
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		233.217	211.023

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
RECEITA LÍQUIDA	18	52.401	50.430
CUSTO DA OPERAÇÃO	19	(8.758)	(27.678)
LUCRO BRUTO		43.643	22.752
DESPESAS OPERACIONAIS	19	(1.297)	(1.526)
Despesas gerais e administrativas		(1.297)	(1.526)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		42.346	21.226
RESULTADO FINANCEIRO	20	(14.172)	(3.436)
Receitas financeiras		2.029	3.982
Despesas financeiras		(16.201)	(7.418)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		28.174	17.790
Imposto de renda e contribuição social	12	(2.430)	(2.942)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		25.744	14.848

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	25.744	14.848
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	25.744	14.848

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Notas	Capital social	Reserva de lucro	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		79.232	788	4.578	-	84.598
Dividendos adicionais propostos e pagos		-	-	(4.578)	-	(4.578)
Lucro líquido do exercício	16	-	-	-	14.848	14.848
Destinação do resultado do exercício:						
Constituição de reserva legal	17	-	742	-	(742)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17	-	-	-	(3.527)	(3.527)
Dividendos adicionais propostos	17	-	-	10.580	(10.580)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		79.232	1.530	10.580	-	91.342
Dividendos adicionais propostos e pagos		-	-	(10.580)	-	(10.580)
Lucro líquido do exercício	16	-	-	-	25.744	25.744
Destinação do resultado do exercício:						
Constituição de reserva legal	17	-	1.287	-	(1.287)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	17	-	-	-	(6.114)	(6.114)
Dividendos adicionais propostos	17	-	-	18.343	(18.343)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		79.232	2.817	18.343	-	100.392

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 e 2019
(Em milhares de reais)

	Notas	31/12/2020	31/12/2019
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		23.190	15.221
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		28.174	17.792
Baixa do ativo imobilizado	7	38	140
Despesa de juros sobre financiamentos	10	4.541	6.052
Depreciação e amortização	19	10.631	10.631
Repactuação do GSF		(15.576)	-
Atualização monetária GSF	20	11.598	1.357
Variações nos ativos e passivos		(16.217)	(20.751)
Títulos e valores mobiliários		(10.355)	(15.063)
Concessionárias e permissionárias		(6.218)	(5.863)
Adiantamentos a Fornecedores		(64)	-
Outros créditos		-	23
Depósitos vinculados a litígios		-	1.087
Fornecedores		7.103	8.604
Tributos, contribuições e impostos		58	(977)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.135)	(2.795)
Obrigações trabalhistas		4	5
Obrigações por arrendamento	14	(29)	62
Juros pagos sobre financiamentos	10	(4.580)	(5.834)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(200)	(709)
Ativos de direito de uso	14	-	(92)
Aquisições de bens do ativo imobilizado	7	(200)	(617)
Caixa liquido aplicado nas atividades de financiamentos		(22.509)	(14.501)
Amortização do principal de financiamentos	10	(8.402)	(8.397)
Pagamento de dividendos	17	(14.107)	(6.104)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		481	11
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		44	33
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		525	44

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020
(Em milhares de Reais - R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Lightger S.A. ("Lightger" ou "Companhia") é uma concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ. Foi constituída em 11 de maio de 2001, como sociedade por quotas de responsabilidade limitada, sob a denominação de Lightger Ltda. Em 27 de agosto de 2009, a Assembleia Geral de Transformação ("AGT") aprovou a transformação de sociedade limitada (Ltda.) para sociedade por ações de capital fechado (S.A.) sob a denominação de Lightger S.A. A área de atuação operacional da Companhia é a geração e comercialização de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), vinculada ao Ministério de Minas e Energia ("MME"). O prazo de autorização da Companhia é de 30 anos, conforme Resolução nº 63 de 2001, publicada em 16 de fevereiro de 2001, com vencimento previsto para 15 de fevereiro de 2031, podendo ser prorrogada a critério da ANEEL.

A Companhia tem por objeto a elaboração do projeto, a implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Paracambi, nos termos e prazos constantes da respectiva resolução ANEEL nº 525, de 3 de dezembro de 2001.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia tinha como seus controladores diretos a Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT"), sociedade anônima de capital aberto, e subsidiária integral da Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG ("CEMIG"), e a Light S.A., sociedade anônima de capital aberto.

A PCH foi construída em Ribeirão das Lajes, município de Paracambi - RJ. Seu reservatório atinge, além de Paracambi, os municípios de Piraí e Itaguaí. A usina possui duas unidades geradoras: Kaplan vertical de 12,85MW cada, totalizando uma potência instalada de 25,7MW. A energia assegurada é de 19,53MW médios e é interligada ao sistema de subtransmissão da concessionária local Light Serviços de Eletricidade S/A em tensão de 138kV. A interligação é na linha de transmissão que atende a subestação Nilo Peçanha.

A primeira unidade geradora entrou em operação em 18 de maio de 2012 e a segunda unidade geradora em 15 de julho de 2012.

Em dezembro de 2020, a Companhia reconheceu o ativo intangível oriundo do direito a extensão da concessão, em decorrência da adesão à repactuação do risco hidrológico de forma a compensar a Companhia pelos custos incorridos no passado, conforme previsto na Lei nº 14.052/2020, regulamentada pela Resolução ANEEL nº 895/2020, ao valor justo, o que é o valor definido e disponibilizado pela ANEEL.

O montante reconhecido foi baseado nas melhores estimativas disponíveis e equivale a um prazo de extensão de aproximadamente três anos em seu prazo de concessão, cuja efetivação ocorrerá após a homologação da ANEEL. Divulgações adicionais são apresentadas na Nota 08.

Em 18 de dezembro de 2020, o acionista Light S.A. aprovou a concessão de período de exclusividade à Brasal Energia S.A. ("Brasal") visando à potencial operação para a alienação da totalidade da participação de 51% na Lightger S.A..

Durante o período de exclusividade, o acionista Light S.A. e a Brasal deverão negociar os termos e condições dos instrumentos aplicáveis, e, caso tais negociações sejam bem-sucedidas, a conclusão efetiva das transações dependerá ainda do cumprimento de condições precedentes usuais em transações dessa natureza, tais como a obtenção de anuência de autoridades regulatórias e concorrenciais e de terceiros.

Impactos da COVID-19

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde ("OMS") declarou o surto da COVID-19 como uma pandemia. Diante disso, inúmeras ações foram tomadas pelos governos em diversos países, inclusive no Brasil, por meio dos Governos Federais, Estaduais e Municipais. Neste sentido as medidas de isolamento social adotadas para conter a propagação do vírus provocaram interferências nas atividades econômicas, causando incertezas e podendo impactar as atividades do Setor Elétrico, em especial o segmento de distribuição de energia.

As entidades governamentais implementaram diversas medidas de auxílio econômico e financeiro, tais como (i) postergação de recolhimento de alguns impostos, (ii) redução de alíquotas de contribuições obrigatórias, (iii) isenção de IOF para empréstimos e financiamentos, (iv) prorrogação de prazos para entrega de obrigações acessórias, entre outras.

Diante deste cenário, a Companhia tomou diversas medidas para garantir a continuidade do serviço à sociedade e, ao mesmo tempo, assegurar o bem-estar e a saúde dos colaboradores e clientes. Neste caminho, elencamos abaixo as principais iniciativas implementadas pela Companhia:

- implantação de home office para todas as equipes administrativas;
- disponibilização de álcool em gel em todos os setores da Companhia, distribuição de máscaras de proteção e medição de temperatura dos funcionários e público em geral que ingressam nas dependências das unidades da Companhia.
- Implantação de procedimentos e questionário obrigatório para ingresso na PCH Paracambi.

Impacto nas demonstrações financeiras

Para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração da Companhia avaliou cuidadosamente o impacto da COVID-19 nos negócios de geração de energia elétrica. Foram analisados temas como (i) os níveis de GSF ("*Generation Scaling Factor*") e PLD; (ii) variação dos indicadores macroeconômicos; (iii) acesso ao mercado de capitais, fluxo de caixa de curto e médio prazo; (iv) redução no valor recuperável de ativos não financeiros; (v) impactos nos covenants financeiros; e (vi) avaliação das premissas e incertezas de estimativas associadas à mensuração de ativos e passivos. A Administração não verificou variações significativas no resultado da geradora em decorrência direta dos efeitos da pandemia em curso da COVID-19.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 28 de abril de 2021, a Administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos por meio de resultado quando requerido nas normas. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está detalhada na nota explicativa 21.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras, requer que a Administração faça julgamentos, adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Essas estimativas e premissas são revisadas continuamente. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Os ajustes oriundos dessas revisões são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: (i) provisão para compra de energia (Nota 09) e (ii) contingências (Nota 13).

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas pela Companhia estão descritas a seguir:

3.1 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

Valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Nesta categoria encontram-se os certificados de depósito bancário (CDB).

Custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas dos ativos financeiros são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Após o reconhecimento inicial, os financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas dos passivos financeiros são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Encontram-se nesta categoria o numerário disponível, concessionárias e permissionárias, valores a receber de partes relacionadas, fornecedores, financiamentos e obrigações com arrendamento mercantil.

Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e
- A Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

3.2 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e as aplicações financeiras que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos. A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira com liquidez imediata, com vencimento original de até três meses a partir da data da contratação e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

3.3 Concessionárias e permissionárias

Incluem o suprimento da energia elétrica, acréscimos moratórios, juros oriundos de atraso no pagamento e energia comercializada a outras concessionárias pelo suprimento de energia elétrica conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia ("CCEE").

O saldo do contas a receber relacionados a concessionários e permissionárias está sujeito à análise de perdas de créditos esperadas conforme requerido pelo CPC 48 – Instrumentos Financeiros. A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais. Portanto, após as devidas análises não foi identificada a necessidade de eventuais perdas esperadas.

3.4 Imobilizado

Os bens do ativo imobilizado são avaliados pelo custo de aquisição, formação ou construção, incluindo custo atribuído, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada e de perdas acumuladas por perda por redução ao valor recuperável, se houver.

A depreciação é calculada pelo método linear, em contrapartida ao resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente ou até o limite da autorização, dos dois, o menor, inclusive os terrenos. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa 07.

Eventuais ajustes nos métodos de depreciação, nas vidas úteis ou nos valores residuais são reconhecidos e ajustados de forma prospectiva.

3.5 Ativo intangível

Os ativos intangíveis compreendem, principalmente, os softwares adquiridos de terceiros. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia.

Adicionalmente, a Companhia reconheceu o ativo intangível oriundo do direito à extensão da concessão em decorrência da adesão à repactuação do risco hidrológico de forma a compensar os custos incorridos no passado, conforme previsto na Lei n°14.052/2020, regulamentada pela Resolução ANEEL nº 895/2020 (vide nota explicativa 08).

A amortização do ativo intangível é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangíveis, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

3.6 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Em 31 de dezembro de 2020, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

3.7 Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se o mesmo é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

3.7.1 Ativos de direito de uso

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento mensurados pelo valor presente. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. Adicionalmente, são ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento.

3.7.2 Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamentos efetuados. Além disso o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas.

3.7.3 Estimativa da taxa incremental de arrendamentos

Os arrendamentos vigentes não possuem sua taxa de juros implícita prontamente identificável, motivo pelo qual a Companhia considera a taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos de arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao tomar empréstimos, por prazo semelhante, para obter os recursos necessários para a aquisição de ativos com valores similares ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. A Companhia calcula a taxa incremental usando dados observáveis, quando disponíveis.

3.8 Provisões

3.8.1 Geral

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação legal ou presumida que possa ser estimada de maneira confiável como resultado de um evento passado, e se for provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e dos fluxos de caixa futuros esperados. A provisão é constituída mediante avaliação, cuja probabilidade de perda é considerada provável na opinião da Administração.

3.8.2 Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, logo, as provisões para riscos fiscais e cíveis são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos econômicos seja requerida para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos e na opinião da Administração, quando aplicável. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia não possui processos judiciais avaliados por seus consultores jurídicos internos e externos com probabilidade de perda provável que devessem ser reconhecidas em suas demonstrações financeiras.

3.9 Reconhecimento de receitas

A receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Companhia reconhece a receita proveniente de um contrato com cliente quando a expectativa de recebimento for provável, levando em consideração a intenção de pagamento do cliente. Caso a expectativa seja de não recebimento, a Companhia avalia se a respectiva receita será apresentada líquida de perdas estimadas.

3.9.1 Receita de venda de energia

É reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, for provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia e o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade.

Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas ou por estimativa da Administração.

3.9.2 Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, juros sobre atraso no recebimento de cliente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. Custos de financiamentos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

3.10 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro presumido, considerando as seguintes taxas:

- Imposto de renda: base de cálculo de 8% sobre a receita da bruta e, acrescidos da receita financeira, alíquota de 15% acrescidos do adicional de 10% quando o lucro presumido exceder R$60 do trimestre.

- Contribuição social: base de cálculo de 12% da receita e alíquota de 9%.

O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes.

3.11 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2020

A Companhia aplicou pela primeira vez a revisão no CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2020 ou após esta data. Foram revisados alguns novos conceitos do pronunciamento, fornecendo definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

Abaixo relacionamos os pronunciamentos revisados aplicados pela primeira vez em 2020 os quais não tiveram impacto sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Alterações no CPC 15 (R1) - Definição de negócios

Estabelece novos requerimentos para determinar se uma transação deve ser reconhecida como uma aquisição de negócio ou como uma aquisição de ativos. Essas alterações podem impactar períodos futuros caso a Companhia ingresse em quaisquer combinações de negócios.

Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 - Reforma da Taxa de Juros de Referência

Inclusão de exceções temporárias aos requerimentos atuais da contabilidade de hedge para neutralizar os efeitos das incertezas causadas pela reforma da taxa de juros referenciais.

Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

Altera a definição de “material”, estabelecendo que uma informação é material se a sua omissão, distorção ou obscuridade puder influenciar razoavelmente a tomada de decisão dos usuários das demonstrações financeiras. As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Não se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à COVID-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento

Requerimentos com o objetivo de facilitar para os arrendatários a contabilização de eventuais concessões obtidas nos contratos em decorrência da COVID-19, tais como perdão, suspensão ou mesmo reduções temporárias de pagamentos.

As informações referentes aos novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo International Accounting Standards Board (IASB) não trouxeram alterações significativas nas demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

3.12 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alterações, mais ainda não em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão descritas a seguir e serão implementadas, se aplicáveis, quando entrarem em vigor.

Alterações no CPC 48, CPC 08, CPC 11 e CPC 06 (R2)

Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais.

Alterações no CPC 25

Especificação de quais custos uma empresa deve incluir ao avaliar se um contrato é oneroso. Os custos diretamente relacionados ao cumprimento do contrato devem ser considerados nas premissas de fluxo de caixa (Ex.: Custo de mão-de-obra, materiais e outros gastos ligados à operação do contrato).

Alterações no CPC 27

Permitir o reconhecimento de receita e custos dos valores relacionados com a venda de itens produzidos durante a fase de testes do ativo.

Em relação aos normativos em discussão no IASB ou com data de vigência estabelecida em exercício futuro, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou a possibilidade de ocorrência de impactos significativos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2020	31/12/2019
Contas bancárias	525	44
Total	525	44

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o numerário disponível da Companhia não possuía remuneração.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários	79.648	-
Fundo de investimento [(i)]		
Letras Financeiras - Bancos	-	65.666
Letras Financeiras do Tesouro	-	2.508
Debêntures	-	171
Outros	-	1.030
Total	79.648	69.375
Não Circulante		
Certificados de Depósitos Bancários		
Conta Reserva - BNDES [(ii)]	4.156	4.074
Total	4.156	4.074

Os títulos e valores mobiliários são representados por Certificados de Deposito Bancário (CDB) pós-fixado e correspondiam a:

(i) Fundo de investimento com aplicações em títulos financeiros que têm características de renda fixa, em sua maioria atrelados ao CDI.

(ii) Conta reserva do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"). Esse saldo é aplicado no Bradesco S.A., e está vinculado à garantia do financiamento do BNDES (Nota 10). Durante todo o prazo do contrato com o BNDES, a Companhia deve manter em favor deste uma conta reserva com recursos vinculados no valor correspondente ao serviço da dívida de três meses, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES. A aplicação financeira está classificada como não circulante por estar vinculada ao financiamento junto ao BNDES.

A remuneração média dos títulos e valores mobiliários é de 101,62 do CDI em 31 de dezembro de 2020 (102,70% do CDI em 31 de dezembro de 2019).

6. CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldos a vencer	Vencidos há mais de 90 dias	31/12/2020	31/12/2019
Suprimento a Outras Concessionárias [(a)]	3.964	-	3.964	3.712
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica CCEE	-	19.297	19.297	13.331
Total	3.964	19.297	23.261	17.043

[(a)] Refere-se à contas a receber de venda de energia própria para Light Energia e Cemig GT

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui um saldo a receber de R$ 19.297 (R$ 13.331 em 31 de dezembro de 2019) na rubrica concessionárias e permissionárias, referente a inadimplência da liquidação da CCEE.

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a concessionárias e permissionárias é divulgada na nota explicativa 21.

7. IMOBILIZADO

Segue abaixo a composição do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	31/12/2020				31/12/2019			
	Taxa média anual	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxa média anual	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em Serviço								
Geração								
Terrenos	5,50%	18.751	(8.257)	10.494	5,50%	18.751	(7.225)	11.526
Reservátorios, barragens e adutoras	5,60%	86.850	(38.661)	48.189	5,60%	86.850	(33.922)	52.928
Edificações, obras civis e benfeitorias	5,73%	2.436	(1.000)	1.436	5,73%	2.436	(859)	1.577
Máquinas e equipamentos	5,51%	85.670	(38.219)	47.451	5,51%	85.670	(33.549)	52.121
Móveis e utensílios	6,44%	19	(8)	11	6,44%	19	(7)	12
		193.726	(86.145)	107.581		193.726	(75.562)	118.164
Administração								
Máquinas e equipamentos	14,31%	98	(70)	28	14,31%	91	(65)	26
Móveis e utensílios	6,25%	40	(21)	19	6,25%	40	(19)	21
		138	(91)	47		131	(84)	47
		193.864	(86.236)	107.628		193.857	(75.646)	118.211
Em curso								
Móveis e utensílios		13	-	13				
Material em depósito		2.234	-	2.234		2.124	-	2.124
Máquinas e equipamentos		75	-	75		43	-	43
		2.322	-	2.322		2.167	-	2.167
Imobilizado líquido		196.186	(86.236)	109.950		196.024	(75.646)	120.378

Segue abaixo a movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

	Saldos em 31/12/2019	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências / Capitalizações	Saldos em 31/12/2020
Em serviço						
Terrenos	11.526	-	-	(1.032)	-	10.494
Reservátorios, barragens e adutoras	52.928	-	-	(4.739)	-	48.189
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.577	-	-	(141)	-	1.436
Máquinas e equipamentos	52.147	-	-	(4.675)	7	47.479
Móveis e utensílios	33	-	-	(3)	-	30
	118.211	-	-	(10.590)	7	107.628
Em curso						
Máquinas e equipamentos	43	39	-	-	(7)	75
Material em depósito	2.124	148	(38)	-	-	2.234
Móveis e utensílios	-	13	-		-	13
	2.167	200	(38)	-	(7)	2.322
Imobilizado líquido	120.378	200	(38)	(10.590)	-	109.950

Segue abaixo a movimentação do imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

	Saldos em 31/12/2018	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências / Capitalizações	Saldos em 31/12/2019
Em serviço						
Terrenos	12.558	-	-	(1.032)	-	11.526
Reservátorios, barragens e adutoras	57.647	-	-	(4.738)	19	52.928
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.719	-	-	(142)	-	1.577
Máquinas e equipamentos	56.784	-	-	(4.675)	38	52.147
Móveis e utensílios	37	-	-	(4)	-	33
	128.745	-	-	(10.591)	57	118.211
Em curso						
Reservátorios, barragens e adutoras	-	19	-	-	(19)	-
Máquinas e equipamentos	6	75	-	-	(38)	43
Material em depósito	1.741	523	(140)	-	-	2.124
	1.747	617	(140)	-	(57)	2.167
Imobilizado líquido	130.492	617	(140)	(10.591)	-	120.378

A Companhia está depreciando os ativos da usina pelo método linear considerando a vida útil do bem ou pelo prazo da autorização, dos dois o menor, utilizando o método de custo histórico, pois considera que estes não podem ser negociados, doados ou cedidos e fazem parte do projeto original, bem como serão entregues ao poder concedente ao final da autorização sem indenização.

Taxas anuais de depreciação:

As principais taxas anuais de depreciação, com base na estimativa da vida útil dos bens, são as seguintes:

GERAÇÃO	%	ADMINISTRAÇÃO	%
Terrenos	5,50%	Máquinas e equipamentos	14,31%
Reservátorios, barragens e adutoras	5,60%	Móveis e utensílios	6,25%
Edificações, obras civis e benfeitorias	5,73%		
Máquinas e equipamentos	5,51%		

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável para os ativos imobilizados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

8. INTANGÍVEL

Segue abaixo a composição do intangível em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	31/12/2020				31/12/2019			
	Taxa média anual	Custo Histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxa média anual	Custo Histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Em serviço								
Servidão de passagem	5,50%	27	(12)	15	5,50%	27	(10)	17
Software	20,00%	285	(270)	15	20,00%	285	(262)	23
		312	(282)	30		312	(272)	40
Em curso								
Extensão da concessão – Lei nº 14.052/2020		15.546	-	15.546		-	-	-
		15.546	-	15.546		-	-	-
Intangível líquido		15.858	(282)	15.576		312	(272)	40

Segue abaixo a movimentação do intangível no exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

	Saldos em 31/12/2019	Adições	Amortização	Saldos em 31/12/2020
Em serviço				
Servidão de passagem	17	-	(1)	16
Software	23	-	(9)	14
	40	-	(10)	30
Em curso				
Extensão da concessão – Lei nº 14.052/2020	-	15.546	-	15.546
	-	15.546	-	15.546
Total do intangível	40	15.546	(10)	15.576

Repactuação do GSF

Em 08 de setembro de 2020, foi sancionada a Lei nº 14.052/2020 (“Lei nº14.052”), que aprovou as novas condições para a repactuação do risco hidrológico assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE). Referida Lei foi regulamentada pela ANEEL por meio da Resolução Normativa n° 895 em 1° de dezembro de 2020 (“RN 895”), estabelecendo a metodologia de cálculo das compensações a serem pagas aos geradores hidrelétricos participantes do MRE.

A Lei nº 14.052 e a regulamentação da ANEEL reconheceram como indevidos o deslocamento hidrelétrico provocado pela geração potencial de energia elétrica dos empreendimentos estruturantes (antecipação da garantia física), restrição ao escoamento de energia por atraso nas obras de transmissão e a geração térmica fora da ordem de mérito (GFOM).

Como resultado da aprovação da nova regulamentação, em Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de dezembro de 2020, foi aprovada a adesão à repactuação do GSF nos termos estabelecidos pela Lei nº 14.052, regulada pela RN 895, onde, dentre outras, a União exige a liquidação dos saldos de GSF a pagar, a desistência em caráter irrevogável das ações judiciais e, como compensação, será concedida a extensão do prazo de concessão das outorgas pelo período suficiente para a recuperação dos valores compensatórios.

A regulamentação homologada pela ANEEL determinou que a CCEE efetue o cálculo do montante financeiro da compensação em até 90 dias da data da resolução. Os montantes financeiros nos períodos em que a usina hidrelétrica esteve protegida por decisão judicial serão atualizados pelo IPCA, bem como pela taxa de capitalização (Ke) de 9,63% a.a., até o último mês contabilizado pela CCEE de acordo com as regras de comercialização. Nesse mesmo prazo de 90 dias, caberá à CCEE calcular para cada usina participante do MRE os prazos de extensão de outorga nos termos estabelecidos pela Lei nº 14.052/20.

Como consequência, a Companhia registrou um ativo intangível no montante de R$ 15.546 em contrapartida a recuperação de custos de energia elétrica, que equivale a um prazo de extensão de aproximadamente três anos em seu prazo de concessão, o qual será amortizado pelo método linear até o final do prazo de concessão, ajustado com a extensão a partir da repactuação, cuja efetivação ocorrerá após a homologação da ANEEL. Esse montante representa o valor justo dos valores de ressarcimento que a Companhia tem o direito a receber em 31 de dezembro de 2020, utilizando como base os cálculos efetuados pela CCEE e os parâmetros de atualização dispostos acima. Esses valores estão consistentes com os montantes divulgados pela CCEE no dia 02 de março de 2021.

9. FORNECEDORES

	31/12/2020	31/12/2019
Compra de Energia - CCEE	61.378	42.340
Materiais	232	703
Serviços	821	627
Outros	56	56
Total	62.487	43.726

Ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE provocado pelo GSF menor que 1

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía um saldo em aberto de R$61.378 (R$42.340 em 31 de dezembro de 2019) na rubrica comercialização no mercado de curto prazo, referente a liquidação da CCEE decorrente do ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE provocado pelo GSF menor que 1 (vide nota explicativa 13). Conforme mencionado na nota explicativa 6, a Companhia apresenta um saldo a receber de R$19.297 (R$13.331 em 31 de dezembro de 2019), resultando em um passivo líquido, em 31 de dezembro de 2020, de R$42.081 (passivo líquido de R$29.009, em 31 de dezembro de 2019).

10. FINANCIAMENTOS

Os financiamentos celebrados entre a Companhia e o BNDES possuem as seguintes garantias:

- Direitos creditórios provenientes dos contratos de compra de energia firmados com a Light Energia S.A. e Cemig GT;
- Direitos emergentes da autorização concedida pela ANEEL; e
- Totalidade das ações da Lightger pertencentes à Light S.A..

O principal da dívida decorrente deste contrato está sendo pago ao BNDES em 192 (cento e noventa e duas) prestações mensais. A primeira prestação foi paga em 15 de julho de 2012, comprometendo-se a liquidar a última prestação em 15 de junho de 2028. Conforme descrito na nota explicativa 5, a título de garantia, a Companhia deverá manter uma aplicação restrita de 3 (três) vezes o valor da prestação devida em conta vinculada a ser mantida no Bradesco.

A Companhia está exposta aos riscos de mercado relacionados a taxas de juros no curso normal de seus negócios. A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos e passivos financeiros são divulgados na nota explicativa 21.

Abaixo segue quadro com condições contratuais do financiamento da Companhia em 31 de dezembro de 2020:

Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros anuais %	Moeda	31/12/2020			31/12/2019
				Circulante	Não circulante	Total	Total
BNDES - Subcrédito A	2028	TJLP + 1,97%	R$	6.823	43.436	50.259	56.973
BNDES - Subcrédito B	2028	TJLP + 1,97%	R$	156	992	1.148	1.301
BNDES - Subcrédito C	2028	TJLP + 1,97%	R$	1.600	10.185	11.785	13.360
Total de financiamentos				8.579	54.613	63.192	71.633

As parcelas relativas ao principal do financiamento classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos (não inclui encargos financeiros) em 31 de dezembro de 2020:

	2022	2023	2024	2025	2026	2027 em diante	Total
Moedas							
Real / Indexador							
TJLP + 1,97%	8.403	8.403	8.403	8.403	8.403	12.598	54.613
Total por Indexador	8.403	8.403	8.403	8.403	8.403	12.598	54.613

Seguem abaixo as movimentações do financiamento nos exercícios:

	Principal	Encargos	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2018	79.574	238	79.812
Juros financeiros provisionados	-	6.052	6.052
Juros e encargos financeiros pagos	-	(5.834)	(5.834)
Transferência de encargos	240	(240)	-
Amortização de financiamentos	(8.397)	-	(8.397)
Saldo em 31 de Dezembro de 2019	71.417	216	71.633
Juros financeiros provisionados	-	4.541	4.541
Juros e encargos financeiros pagos	-	(4.580)	(4.580)
Amortização de financiamentos	(8.402)	-	(8.402)
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	63.015	177	63.192

Covenants

O financiamento com o BNDES prevê a manutenção dos seguintes indicadores financeiros ao final de cada exercício: (i) índice de cobertura do serviço da dívida (requerido índice superior a 1,2) e (ii) índice de cobertura do capital próprio (requerido ser igual ou superior a 25%). Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia atendeu todos os indicadores requeridos contratualmente.

11. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A PAGAR

	31/12/2020	31/12/2019
INSS a pagar	9	17
PIS/COFINS a pagar	227	159
ISS	4	5
FGTS	4	4
Outros	15	16
Total	259	201

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A PAGAR

	31/12/2020	31/12/2019
IRPJ / CSLL a pagar	649	443
Total	649	443

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social com base no regime de lucro presumido.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social, calculados pela apuração das alíquotas fiscais combinadas e debitadas em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2020		31/12/2019	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Suprimento de Energia e Outros	54.387	54.387	52.340	52.340
% para base de cálculo	8%	12%	8%	12%
Base de cálculo - Suprimento de Energia e Outros	4.351	6.526	4.187	6.281
Receitas Financeiras	2.029	2.029	3.982	3.982
Base de cálculo para cálculo dos impostos	6.380	8.555	8.169	10.263
Alíquota do Imposto	15%	9%	15%	9%
Adicional	10%	-	10%	-
Imposto apurado	(1.570)	(770)	(2.018)	(924)
(+) Ajuste referente ano de 2015 [(a)]	(66)	(24)	-	-
Imposto de renda e contribuição social correntes	(2.430)		(2.942)	

(a) Em janeiro de 2020, a Companhia foi notificada pela Receita Federal Brasileira para a regularidade da adição à base de cálculo do IRPF e CSLL dos rendimentos e ganhos líquidos auferidos em aplicações financeiras de renda fixa, em virtude de valores não oferecidos à tributação. A Companhia havia feito recolhimentos a menor para Imposto de Renda (código 2089) e CSLL (código 2372) sobre as receitas de aplicações financeiras nas apurações referentes ao 1º, 2º e 3º trimestres de 2015. Na ocasião a Companhia teria recebido informações incompletas de umas das instituições financeiras a qual se mantinha relacionamento. Após o recebimento da notificação, a Companhia solicitou novos extratos para a instituição financeiras referentes à época, os valores foram apurados internamente, e, com a confirmação da irregularidade apontada pela Receita Federal Brasileira, foram feitas as devidas correções fiscais e tributárias. As diferenças foram pagas em 27 de janeiro de 2020.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía saldo de ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social acumulado não reconhecido no montante de R$5.084, os quais não foram registrados em função da opção pelo regime de tributação pelo lucro presumido. Caso, no futuro, a Companhia opte pelo regime de tributação pelo lucro real, fará jus a eventuais créditos fiscais de prejuízos fiscais e bases negativa de contribuição social gerados a partir do momento da opção pelo lucro real.

13. CONTINGÊNCIAS

A Companhia possui processos judiciais, nos quais a Administração, baseada na opinião de seus assessores legais, acredita que os riscos de perda são possíveis, e por este motivo, nenhuma provisão foi constituída.

As principais contingências com probabilidade de perda possível estão compostas da seguinte forma:

PASSIVO	31/12/2020		31/12/2019	
	Saldo	Quantidade de processos (a)	Saldo	Quantidade de processos (a)
Fiscais	4.927	2	4.741	2
Trabalhistas	205	14	41	10
Cíveis	63.907	50	42.340	50
Total	69.039	66	47.122	62

(a) Não auditadas pelos auditores independentes

Estão destacados a seguir os principais motivos das discussões judiciais passivas:

a) Fiscais

ISS (Autos de Infração nº3188/2010 e 563/2010) - trata-se de processos administrativos que tramitam perante a Secretaria Municipal de Finanças da Prefeitura Municipal de Paracambi/RJ, por ter a Companhia deixado de recolher o ISS em sua totalidade referente aos serviços prestados de construção civil. A Companhia apresentou impugnações em face destas autuações. Os dois autos aguardam julgamento em 1ª instância administrativa. O montante, atualmente quantificável, referente às ações é de R$4.927 (R$4.741 em 31 de dezembro de 2019). Processo segue sem movimentação.

b) Trabalhistas

Os principais pedidos objeto das ações trabalhistas envolvem as seguintes matérias: horas extras e reflexos, horas *in itinere*, descontos indevidos, pagamento em dobro dos domingos e feriados, adicional de periculosidade, cujos montantes envolvidos totalizam R$ 205 em 31 de dezembro de 2020 (R$41 em 31 de dezembro de 2019).

Em janeiro de 2021, a Companhia realizou acordo em 4 processos onde era citada, reduzindo para 10 o número de processos e R$ 42 o montante envolvido.

c) Cível

- Em 31 de dezembro de 2019, havia duas ações cíveis envolvendo o Mecanismo de Realocação de Energia – MRE provocado pelo Generation Scaling Factor – GSF. A ação ordinária, movida pela Light Energia, Lightger e Aliança Geração de Energia S.A, processo nº 38848-51.2015.4.013400, com o objetivo de questionar a exposição financeira decorrente do ajuste do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE provocado pelo GSF menor que 1. Na referida demanda, foi antecipado os efeitos da tutela, determinando à Agência que, até decisão final, abstenha-se de proceder o ajuste do MRE, caso a geração total do MRE seja inferior à garantia física.

  Foi prolatada sentença favorável na ação sobre o GSF, para limitação do risco hidrológico em 95%, tendo a ANEEL recorrido da referida decisão. O valor do GSF relativo à Lightger vem sendo devidamente provisionado na rubrica de fornecedores em contrapartida ao resultado, embora os pagamentos não estejam sendo realizados em função dos efeitos da liminar mencionada acima.

  Inobstante a decisão acima, foi necessário, também, o ajuizamento Mandado de Segurança, processo nº 1005338-30.2015.4.01.3400, com o objetivo de proteger a Lightger dos efeitos das decisões judiciais que limitam o Fator "Generation Scaling Factor" – GSF dos demais agentes. Neste caso foi deferida liminar para que a Companhia não precisasse efetuar o rateio do GSF dos demais agentes.

  O Mandado de Segurança foi extinto sem julgamento de mérito, tendo o juízo entendido que a Aneel não poderia figurar como autoridade coatora. Em razão desta decisão, a Companhia ajuizou nova ação ordinária, processo nº 0032638-47.2016.4.01.3400, com pedido de antecipação de tutela, visando se proteger dos efeitos das liminares dos demais agentes. A tutela antecipada foi deferida de maneira que a Companhia não poderá sofrer os ônus financeiros de quaisquer decisões judiciais obtidas por outros agentes, já proferidas ou que venham a ser proferidas no curso da ação, independentemente da competência a que se refiram, relativas aos efeitos dos atuais valores de GSF sobre geradores hidrelétricos. Atualmente, aguarda-se o julgamento do recurso de apelação interposto pelas autoras. O prognóstico de perda das referidas ações é possível.

  Conforme mencionado na nota explicativa 8, a Companhia irá aderir à repactuação do GSF nos termos estabelecidos pela Lei 14.052/20 e consequentemente seguirá com todos os requisitos da referida Lei.

- Em 31 de dezembro de 2020, havia 49 ações de desapropriações em curso, onde todo o valor da causa encontra-se devidamente depositado em juízo e o que está sendo discutido são apenas as diferenças dos valores solicitados pelos desapropriados aproximadamente no montante de R$ 2.529.

14. ATIVO DE DIREITO DE USO E OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO

	31/12/2020			31/12/2019		
OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Imóveis	10	23	33	19	43	62
Total	10	23	33	19	43	62

Movimentação das obrigações por arrendamento e dos ativos de direito de uso:

ATIVO DE DIREITO DE USO	Saldo em 31/12/2019	Adições de arrendamentos	Atualização monetária	Depreciação	Baixa de arrendamentos	Saldo em 31/12/2020
Imóveis	62	-	-	(32)	-	30

ATIVO DE DIREITO DE USO	Adoção Inicial IFRS 16 CPC 06 (R2)	Adições de arrendamentos	Atualização monetária	Depreciação	Baixa de arrendamentos	Saldo em 31/12/2019
Imóveis	92	-	-	(30)	-	62

Cronograma de vencimento das obrigações por arrendamento

OBRIGAÇÕES POR ARRENDAMENTO	31/12/2020
2021	33

15. TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

Segue resumo das transações com partes relacionadas nos exercícios de 2020 e 2019.

Grupos Balanço	Contratos com o mesmo grupo (Objetivos e características do contrato)	Vínculo com a Lightger	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
			31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019	2020	2019	2020	2019
Clientes	Contrato estratégico Contrato de venda de energia elétrica incentivada com a Light Energia	Light Energia	2.318	2.171	-	-	23.365	21.756	-	-
Clientes	Contrato estratégico Contrato de venda de energia elétrica incentivada com a CEMIG GT - Acionista	CEMIG GT	1.646	1.541	-	-	22.521	21.011	-	-
Fornecedor	Contrato estratégico Contrato de operação e manutenção com a Light Energia	Light Energia	-	-	-	183	-	-	338	1.164
Fornecedor	Contrato estratégico Aluguel de parte do edifício pertencente a Light SESA. O valor atual por mês do aluguel é de R$4.	Light SESA	-	-	-	-	-	-	20	54
Fornecedor	Contrato estratégico Contrato de uso do sistema de distribuição energia elétrica com a Light SESA	Light SESA	-	-	-	-	-	-	387	374

Segue quadro resumo dos contratos firmados com partes relacionadas:

Grupos Balanço	Contratos com o mesmo grupo (Objetivos e características do contrato)	Vínculo com a Lightger	Valor Original	Data	Data de vencimento ou prazo	Saldo remanescente 31/12/2020
Clientes	Contrato estratégico Contrato de venda de energia elétrica incentivada com a Light Energia	Light Energia	217.213	dez/10	jun/28	178.002
Clientes	Contrato estratégico Contrato de venda de energia elétrica incentivada com a CEMIG GT - Acionista	CEMIG GT	208.818	dez/10	jun/28	17.102
Fornecedor	Contrato estratégico Aluguel de parte do edifício pertencente a Light SESA. O valor atual por mês do aluguel é de R$5	Light SESA	6	jan/20	dez/21	67.912
Fornecedor	Contrato estratégico Contrato de uso do sistema de distribuição de energia elétrica com a Light SESA	Light SESA	Variável	jul/11	12 meses com renovação automatica por igual período	-

As transações com partes relacionadas foram efetuadas de acordo com as condições acordadas entre as partes, que são equivalentes as condições de mercado.

Remuneração dos Administradores

Todos os conselheiros e diretores renunciaram a remuneração anual dos exercícios apresentados nessa demonstração financeira.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social da Lightger S.A. está representado por 79.078.937 unidades de ações ordinárias escriturais e sem valor nominal, sendo o seu capital social de R$79.232, conforme a seguir:

Acionistas	31/12/2020			31/12/2019		
	Valor R$	Quantidade de ações	% Participação	Valor R$	Quantidade de ações	% Participação
Light S.A.	40.408	40.330.258	51,000	40.408	40.330.258	51,000
Cemig GT	38.824	38.748.679	49,000	38.824	38.748.679	49,000
Total	79.232	79.078.937	100,00	79.232	79.078.937	100,00

b) Reserva legal

Do lucro líquido de cada exercício, 5% serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% do capital social. A Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder de 30% do capital social. Esta reserva deve ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital.

c) Resultado por ação

A tabela a seguir concilia o resultado líquido dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 com os montantes usados para calcular o resultado por ação básico e diluído.

Segue abaixo o cálculo do lucro básico e diluído por ação:

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	25.744	14.848
Média ponderada do número de ações ordinárias	79.078.937	79.078.937
Lucro básico e diluído por ações ordinárias em R$/mil	0,3255	0,1878

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existiam diferenças entre o resultado por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possui nenhum instrumento dilutivo.

17. DIVIDENDOS A PAGAR

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo nº 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Os dividendos adicionais propostos correspondem a parcela excedente do lucro líquido do exercício, após dedução da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios, que está condicionada à aprovação do BNDES em face do cumprimento pela de cláusula dos "covenants" constantes no contrato de financiamento do BNDES.

Os dividendos mínimos obrigatórios e adicionais propostos no encerramento do exercício de 31 de dezembro de 2020 foram calculados como se segue:

Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	31/12/2020	31/12/2019
Lucro líquido do exercício	25.744	14.848
Reserva Legal	(1.287)	(742)
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	24.457	14.106
Dividendos mínimo obrigatório (25%)	(6.114)	(3.527)
Dividendos adicionais propostos	(18.343)	(10.580)

A formação do saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

	Saldo	R$/Ação
Dividendos míninos obrigatórios em 31 de Dezembro de 2019	3.527	
Dividendos adicionais propostos - Deliberados na AGO de 16/07/2020	10.580	0,1338
Dividendos mininos obrigatórios - 25%	6.114	0,0773
Dividendos pagos no exercício de 2020	(14.107)	
Dividendos míninos obrigatórios em 31 de Dezembro de 2020	6.114	

18. RECEITA LÍQUIDA

	31/12/2020	31/12/2019
Suprimento de Energia	45.887	42.766
Outras	8.500	9.574
RECEITA BRUTA	54.387	52.340
PIS/COFINS	(1.986)	(1.910)
IMPOSTO SOBRE RECEITA	(1.986)	(1.910)
RECEITA LIQUIDA	52.401	50.430

A Companhia possui contratos de venda de energia no ambiente de contratação livre (ACL) com as partes relacionadas Light Energia S.A. e CEMIG.

Da garantia física da PCH Paracambi, 19,53MW estão comercializados para as partes relacionadas Light Energia S.A. (9,945MW médios) e Cemig GT (9,555MW médios), mediante contratos bilaterais em conformidade com a legislação pertinente à regulamentação da ANEEL, à Convenção de Comercialização da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"), às regras de comercialização e aos procedimentos de comercialização.

Adicionalmente, em caso de eventuais sobras ou faltas de energia gerada em relação à energia contratada para venda, a Companhia precisa recorrer ao mercado de comercialização de energia elétrica de curto prazo.

19. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Custos com energia		Custos com operação		Despesas gerais e **administrativas**	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Encargos uso de rede	-	-	(387)	(374)	-	-
Pessoal	-	-	-	-	(750)	(691)
Material	-	-	(66)	(110)	(10)	(3)
Energia Comprada *	4.425	(13.644)	-	-	-	-
Serviço de Terceiros	-	-	(1.946)	(2.755)	(441)	(541)
Depreciação e amortização	-	-	(10.584)	(10.584)	(47)	(47)
Seguros	-	-	(118)	(130)	-	-
Aluguéis	-	-	-	-	(33)	(34)
Indenizações	-	-	-	-	-	(172)
Outras	-	-	(82)	(81)	(16)	(38)
Total	4.425	(13.644)	(13.183)	(14.034)	(1.297)	(1.526)

* Valor referente ao resultado (a pagar ou a receber) da diferença entre a energia medida e a contratada por agente, valorada ao PLD (preço de liquidação das diferenças) para efeito de liquidação financeira na CCEE, onde em 2020 o total de energia comprada para revenda foi de R$ 11.121 (R$ 13.644 em 2019). Esta rubrica em 2020 encontra-se liquida dos efeitos advindos da repactuação do GSF no valor de R$ 15.546, conforme detalhado na Nota 8.

20. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2020	31/12/2019
RECEITAS		
Rendimento sobre aplicações financeiras	2.026	3.975
Outras receitas financeiras	3	7
	2.029	3.982
DESPESAS		
Encargos de financiamentos	(4.541)	(6.052)
Atualização monetária GSF	(11.598)	(1.357)
Arrendamento Mercantil	(4)	(7)
Juros s/atraso de pagamento	(38)	-
Multas s/atraso de pagamento	(18)	-
Outras despesas financeiras	(2)	(2)
	(16.201)	(7.418)
RESULTADO FINANCEIRO	(14.172)	(3.436)

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O quadro abaixo apresenta os valores contábeis e valores justos dos ativos e passivos da Companhia, assim como seu nível de mensuração, em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	Categoria	Níveis	31/12/2020		31/12/2019	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
ATIVO						
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	Custo amortizado	2	525	525	44	44
Títulos e valores mobiliários (nota 5)	Custo amortizado	2	83.804	83.804	4.074	4.074
Títulos e valores mobiliários (nota 5) - Fundos de Investimentos	VJR	2	-	-	69.375	69.375
Adiantamentos a fornecedores	Custo amortizado	2	64	64	-	-
Concessionárias e permissionárias (nota 6)	Custo amortizado	2	23.261	23.261	17.043	17.043
			107.654	107.654	90.536	90.536
PASSIVO						
Fornecedores (nota 09)	Custo amortizado	2	62.487	62.487	43.726	43.726
Financiamentos (nota 10)	Custo amortizado	2	63.192	63.192	71.633	71.633
Obrigações por arrendamento (nota 14)	Custo amortizado	2	33	33	62	62
			125.712	125.712	115.421	115.421

Métodos e técnicas de avaliação

É importante ressaltar que o valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado pela Administração para produzir a estimativa do valor justo mais adequada.

A Companhia entende que valor justo de contas a receber e fornecedores, por possuir a maior parte dos seus vencimentos no curto prazo, já está refletido em seu valor contábil. Assim como para os títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento. Nesse caso a Companhia entende que o seu valor justo é similar ao valor contábil registrado, pois estes têm taxas de juros indexadas à curva DI (Depósitos Interfinanceiros) que reflete as variações das condições de mercado.

a) Risco de taxa de juros

Este risco deriva do impacto das oscilações nas taxas de juros sobre as receitas financeiras oriundas de suas aplicações financeiras. A política para utilização de derivativos não compreende a contratação de instrumentos contra esse risco. No entanto, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de forma a avaliar a eventual necessidade de contratar derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A seguir é apresentada a análise de sensibilidade para oscilações das taxas de juros, demonstrando os possíveis impactos no resultado antes dos impostos. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos saldos patrimoniais estivesse em aberto durante todo o período.

A metodologia utilizada para o "cenário provável" considerou a melhor estimativa da taxa de juros em 31 de dezembro de 2021. Vale lembrar que por se tratar de uma análise de sensibilidade do impacto no resultado financeiro nos próximos doze meses, consideraram-se os saldos da dívida e das aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2020. É importante salientar que o comportamento dos saldos de dívida respeitará seus respectivos contratos, bem como o saldo das aplicações financeiras oscilará de acordo com a necessidade ou disponibilidade de caixa da Companhia.

Análise de sensibilidade das taxas de juros, com apresentação dos efeitos no resultado antes dos impostos, utilizando as taxas e as projeções das seguintes fontes:

- Para o CDI no cenário provável a taxa utilizada foi estimada com base nas expectativas do mercado, conforme dados divulgados pelo B3 em 31 de dezembro de 2020.

- A TJLP utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado divulgadas no site do BNDES (em 08 de março de 2021).

Operação	Risco	R$		
		Cenário (I) Provável	Cenário (II) + 25%	Cenário (III) + 50%
ATIVOS FINANCEIROS		267	505	742
Aplicações Financeiras	CDI	267	505	742
PASSIVOS FINANCEIROS		101	(592)	(1.286)
BNDES	TJLP + Spread Fixo *	101	(592)	(1.286)
TOTAL		368	(87)	(544)
Referência para ATIVOS FINANCEIROS			+25%	+50%
CDI (% fim do exercício)		3,90%	4,88%	5,85%
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS			+25%	+50%
TJLP (% fim do exercício) + Spread Fixo 1,97%		6,36%	7,46%	8,56%

* TJLP de 4,55% + Spread Fixo 1,97%

b) Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. A Companhia gerencia o risco de liquidez por meio do acompanhamento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros.

A gestão das aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

O fluxo de realização para as obrigações assumidas em suas condições contratuais, são apresentadas conforme quadro abaixo:

Instrumentos a taxas de juros	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós Fixadas					
Financiamentos	3.069	9.505	53.481	12.911	78.966
Fornecedores	4.888	5.657	4.335	4.719	19.599

c) Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. O risco de crédito de contas a receber encontra-se reduzido, pois o contas a receber são com partes relacionadas da Companhia e os demais saldos a receber oriundos de concessionárias e permissionárias possui os valores em atraso rateados entre todos os agentes da CCEE.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações de baixo risco, com instituições financeiras avaliadas por agências de *rating*. A Companhia possui uma política de não manter a carteira concentrada em uma determinada instituição financeira. Desta forma, a política tem como princípio controlar a concentração da carteira e acompanhar as instituições financeiras através do seu patrimônio líquido e de seus ratings.

Por meio de sua política a Companhia poderá aplicar os recursos em produtos de renda fixa, pós-fixados indexados ao CDI e títulos públicos pós-fixados.

d) Riscos hidrológicos

De acordo com os dados do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), a maior parte do suprimento de energia do Sistema Interligado Nacional (SIN) é gerado por Usinas Hidrelétricas (UHE) e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH). Como o SIN opera em sistema de despacho otimizado, cada agente de geração hidráulica, incluindo a Companhia, está sujeita a variações nas condições hidrológicas verificadas, tanto na região geográfica em que opera como em outras regiões do País. Na eventualidade da ocorrência de condições hidrológicas desfavoráveis no SIN, em conjunto com a obrigação de entrega da energia assegurada, a Companhia ficaria exposta ao mercado.

e) Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas, emitir novas ações ou vender ativos.

	31/12/2020	31/12/2019
Dívida de financiamentos	63.192	71.633
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa (nota 4)	(525)	(44)
(-) Títulos e Valores Mobiliários (nota 5)	(79.648)	(69.375)
Dívida Líquida (A)	(16.981)	2.214
Total do Patrimônio Líquido (B)	100.392	91.343
Índice de alavancagem financeira - % (A/(B+A))	(20%)	2%

22. SEGUROS

A Companhia possui seguros corporativos com cobertura abrangendo seus principais ativos, dentre os quais podemos citar em 31 de dezembro de 2020:

Seguro de Riscos Operacionais: cobre os danos causados à PCH, incluindo, mas não limitada a todo seu maquinário, geradores, transformadores, canais, túneis, barragens, vertedouros, obras civis, escritórios e depósitos. Todos os ativos estão segurados na modalidade de Riscos Operacionais, com cobertura "AllRisks", incluindo-se linhas de transmissão e distribuição até 1.000 pés do local de geração.

Seguro de Responsabilidade civil e geral - objetiva o pagamento de indenização caso a Companhia venha a ser responsabilizada civilmente por meio de sentença transitada em julgado ou acordo autorizado pela seguradora, relativas a reparações por danos materiais e corporais involuntários, causados a terceiros e também aqueles relacionados à poluição, contaminação, vazamentos súbitos e ou acidentais.

Segue abaixo a composição dos principais seguros considerados pela Administração:

Cobertura	Data de Vigência		Importância segurada	Prêmio Bruto (considerando Custo de apólice + IOF)
	De	Até		
Responsabilidade Civil e Geral	08/01/2021	08/01/2022	R$12.000	R$14
Riscos Operacionais [1]	08/01/2021	08/01/2022	R$100.916	R$143

[1] Limite Máximo de Responsabilidade (LMR) de R$110.000 - Indenização

[1] Valor Total em Risco de R$100.916

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

23. CONTRATOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui compromissos de venda de energia com posição em MW médio, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Ano	Energia contratada Total (MW médio) [a]
2022	19,5
2023	19,5
2024	19,5
2025	19,5
2026 a 2028	58,5

[a] Não auditadas pelos auditores independentes

24. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia realizou as atividades abaixo que não envolveram caixa. Portanto, essas transações não estão refletidas nas demonstrações dos fluxos de caixa:

	31/12/2020	31/12/2019
Repactuação do GSF na Light Energia - Lei nº14.052/2020	15.546	-

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Alessandra Genu Dutra Amaral
Renato Osório Ferreira
Eduardo Righi Reis
Sérgio Teixeira de Castro
Mário Lucio Braga

DIRETORIA EXECUTIVA

João Carlos Mello Ribeiro do Carmo
Diretor Administrativo Financeiro

Cibele Soares Dias dos Anjos
Diretor Técnico Comercial

CONTADOR

Rafael de Azevedo Meneses
CPF 052.861.107-03
CRC-RJ 094844/O-1